

Audiência Pública PNAB
Município de Santa Cruz do Sul

ATA Nº 01/2024

Às nove horas, do dia vinte de junho de dois mil e vinte e quatro, ocorreu no Auditório da Procuradoria-Geral do Município, localizado na rua Cel. Oscar Jost, 1551, a Audiência Pública da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB. Inicialmente, foi apresentado um vídeo institucional da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT. Após, introdução Protocolo de Isabel Corallo, que apresentou os membros da mesa: José Cláudio Barbosa dos Santos - Secretário Municipal de Cultura de Santa Cruz do Sul, Jacson Fabiano Franco - Presidente do Conselho Municipal de Cultura, Mariana Martinez - Coordenadora do Escritório do MinC no Rio Grande do Sul e Fredi Rodrigues Camargo - Consultor Técnico PNAB. Isabel fez uma breve apresentação a Lei Federal nº 14.399/2022. Fredi falou sobre a necessidade da participação da sociedade em sua fala inicial. Mariana Martinez falou sobre os programas do MinC após a recriação do Ministério nesta gestão do , falou sobre o compromisso do governo federal aos atingidos pelas calamidades. Jacson falou na importância da Lei e da participação de todos, enfatizando o número de presentes. José Cláudio agradeceu a presença e o tempo que os agentes culturais dispuseram para a participação, agradeceu também aos funcionários públicos presentes. Isabel finalizou a abertura, passando a palavra ao Secretário José Cláudio, que apresentou os números da SECULT na gestão atual. Apresentou os números do CMEAC, com 688 entes e agentes cadastrados. José Cláudio apresentou o calendário de Editais da SECULT para 2024, sendo o edital de premiação dos recursos remanescentes da Lei Paulo Gustavo – LPG, apresentando a forma de distribuição dos recursos. Marguit destacou a linha do Edital para atingidos pelas inundações, para pessoas ribeirinhas. Secretário falou nos valores para artistas atingidos e que se cadastraram no formulário. Gustavo Aciloli reforçou as origens dos recursos da LPG são do Fundo do Setor Audiovisual. Marta demonstrou a preocupação nos recortes para população ribeirinha, destacando que existem outros povos originários. O edital de contratação do Evento Aquarela Cultural, recurso de Coinvestimento com o Estado. Os editais da PNAB, com abertura dos Editais para o segundo semestre, oferecendo também a qualificação dos agentes para a participação. Editais FUNCULTURA para o último trimestre de 2024, aguardando um recurso da Câmara Municipal de Vereadores, que estão nas tratativas para o aporte, incrementando os valores disponíveis para distribuição. Fredi objetivou que a audiência pública é um dispositivo da Lei, enfatizando que os agentes presentes irão decidir, em conjunto com a SECULT, a destinação dos recursos, conforme as diretrizes das Lei Federal nº 14.399/22, destacando que o recurso deve ser repassado ainda no ano de 2024, porquê os recursos chegarão ao Município até o ano de 2027. José Cláudio informou que existe um QRCode para acesso a um formulário para as sugestões sobre a pauta. Mariana destacou a

quantidade de pessoas presentes, falou que a inteligência coletiva retomou a cultura, com as criações das Leis Culturais. Falou que o ano de 2024 ocorreu a Conferência Nacional de Cultura, que abordou o direito à cultura nacional. Falou nos valores repassados pela PNAB no Estado e no Município. Informou que a Região R2 vai receber mais de 21 milhões de reais, somando as Leis PNAB e LPG. Destacou a dificuldade de Municípios menores na implementação dos recursos das Leis. Serão mais de 5,7 milhões de reais até 2027 para Santa Cruz do Sul em recursos, tanto federais quanto estaduais. Falou na aprovação do Marco Regulatório da Cultural, que reforça o Sistema Nacional de Cultura. Reforçou que a Cultura gera empregos e renda, se aproximando da área da Construção Civil. Falou que o escritório do MinC visa fortalecer a visão sistêmica, com a descentralização dos recursos e diálogo com os municípios. Destacou que a distribuição dos recursos é permitida durante o período eleitoral, com o respaldo da AGU. Falou nos valores de 3 bilhões da PNAB para distribuição no Brasil até 2027. Falou na aplicação dos recursos da PNAB, explicando suas execuções, seguindo as diretrizes da Lei. Explicou o fluxo da PNAB, desde a adesão pelo Município até o repasse dos recursos, sendo as escutas públicas uma das diretrizes da Lei, para a criação do PAAR – Plano Anual de Aplicação de Recursos. Informou que o PAAR pode ser modificado nos anos seguintes. A gestão municipal deve preencher o PAAR em plataforma específica. Falou das formas de execução dos recursos, seguindo as Leis e Decretos que podem ser utilizados para o repasse dos valores aos agentes culturais. Falou sobre os certificados da Rede de Cultura Viva. Falou nas linhas de fomento possíveis para a distribuição dos recursos. Falou na possibilidade de Subsídios a espaços culturais, mas esse formato exige um cuidado maior na questão contábil e na Prestação de Contas. Falou nas formas possíveis para aplicação dos recursos para PNCV – Política Nacional da Cultura Viva. Explicou sobre as Ações Afirmativas e acessibilidade, sobre a importância da busca ativa para que o recurso chegue a essa parcela da população. Falou sobre a distribuição de 20% dos valores para periferias e povos originários. Explicou a forma de preenchimento do PAAR, onde será informado a forma, o objeto e os valores que serão aportados para cada ação. Falou na importância da escuta e da participação dos agentes culturais na criação do PAAR. Secretário José Cláudio abriu para os participantes se pronunciarem. Gustavo Acioli falou na falta de um Teatro Municipal para os artistas locais, com um espaço qualificado. Marta Nunes destacou a importância da lei destinar recurso para os Pontos de Cultura, se disponibilizando para auxiliar outros locais para se tornar um Ponto de Cultura. Perguntou sobre os Mestres Culturais e Certificados municipais de Cultura. José Cláudio respondeu da importância de outros pontos de Cultura na Cidade. Sobre a Certificação Municipal, falou que o próprio edital será um certificador, repassando essas informações ao MinC, conforme a pontuação atingida. Mariana reforçou a fala do secretário, complementando sobre a certificação nacional. Falou sobre os Mestres, que o Ponto de cultura pode premiar os mestres, colocando em seu Projeto, podendo ser contemplando uma ação neste sentido. Anelise parabenizou as ações das escutas. Falou que representa a comissão de 175 anos de imigração alemã no município, destacando que não viu uma política para a disseminação das culturas de povos imigrantes. Mariana falou sobre as identidades culturais dos Municípios e que dentro dos projetos culturais podem

contemplar todas as formas de cultura, incluindo a cultura de povos. Margarete reforçou a fala de Gustavo sobre a necessidade de um espaço para uso de diversas áreas da cultura. Falou sobre o Espaço Camarim, que está sendo subaproveitado. Francelle Costa falou da dificuldade do uso de espaços com custos adequados para a utilização. Falou na necessidade de formação de artistas educadores, com falta da mão de obra para esse fim. Cármen falou sobre a emoção em ver a comunidade cultural unida para fazer a política de Cultura e elogiou a estrutura da cultura no Município. José Cláudio agradeceu a fala e mencionou que participou na criação no Plano de Governo para a cultura. Falou que nesse Plano existe a criação de um Teatro Municipal, e que existe a vontade para a criação do espaço. Falou sobre o uso do Coworking Cultural e que o espaço precisa ser ocupado, convidando todos para conhecer o local. Falou da necessidade de equipar o local, que já está em andamento para a aquisição de itens necessários. Reforçou que existe esse objetivo. Marguit falou que é discutido dentro do CMC a necessidade de espaços, além do teatro, para exposições e de um museu para a guarda da memória no Município. Vê na PNAB uma forma de fortalecimento das ferramentas culturais no Município. Falou no esforço coletivo para a criação dos espaços. Jair Jacomine falou que o objetivo do encontro é a discussão sobre a distribuição dos Recursos da Lei. Destacou que o valor disponibilizado pode parecer grande, porém, devido a grande quantidade de agentes e das necessidades do Município, esse valor deve ser bem distribuído. Defendeu o uso em editais de fomento. Reforçou a remuneração justa do trabalho cultural, não pulverizando os recursos. Perguntou ao Secretário sobre o Calendário e metodologia dos Editais da PNAB. José Cláudio falou sobre as formas de repasse que podem ser utilizadas. Sobre o Calendário, falou sobre os passos, análise dos dados juntados pelas escutas, formalizando os editais de forma assertiva. Cíntia Luz falou sobre a caminhada da Cultura Viva. Falou na necessidade da Periferia ter uma maior atenção. Colocou a falta de acesso à cultura aos bairros da Zona Sul da cidade. Falou que o momento que a periferia tem acesso é no Carnaval, onde as escolas de samba disponibilizam ônibus. Pediu que as propostas levem essa região em conta em seus Planos. Fredi falou na objetivação da escuta. Falou em ser realizado uma Reunião Extraordinária com o Conselho de Cultura para a apresentação das ideias. Apresentou as metas e ações que foram colocadas no Plano de Trabalho na Plataforma TransferGov, destacando que esse Plano pode ser modificado, conforme as escutas e oitivas. Falou que a reunião é para ouvir as necessidades e ideias e que também é para dar um norte para a Gestão. José Cláudio destacou que a Meta II inserida na Plataforma não pode ser modificada por força de Lei. As demais metas podem ser discutidas e pensadas. Daniel parabenizou a comunidade reunida no local. Falou do Setor tradicionalista e os projetos que desenvolvem, incluindo o atendimento a periferia. Falou nos valores das Tradições e nos resultados que estão atingindo. Sugeriu o incentivo aos Centros de Tradições Gaúchas para o custeio dos projetos. Reforçou a necessidade do Espaço para as apresentações culturais. Falou na necessidade de melhorias no Parque de Eventos para atendimento não só dos CTG's, mas também as demais áreas. Jacson Franco destacou que o parque de eventos foi comentado para uso em audiência Pública. Mariana falou que a Lei prevê ao uso dos recursos para a manutenção de locais, podendo ser em forma de subsídio

mensal ou de projeto específico, nas linha de reforma de espaços culturais. Fredi complementou que os subsídios possuem Prestação de Contas financeira mais complexa, sendo as outra formas de fomento é mais simplificada. Geraldo reiterou que o fomento é um melhor caminho para o repasse e que os valores não são suficientes e poderiam ser colocados em fundos para render. Mariana falou que esses valores rendem nas contas. Margarete pediu esclarecimentos sobre a Premiação dos artistas e destacou a importância do espaço para apresentação e na inclusão das crianças em espaços centrais. Paula falou sobre a acessibilidade prevista na Lei e pediu um olhar para que essa pauta seja reforçada. Falou em oficinas para acessibilidade para que todas as formas sejam contempladas para que a regra seja utilizada de forma efetiva e inclusiva para o acesso de todos a cultura. Mariana complementou a fala da acessibilidade, de que todos precisam aprofundar os conhecimentos. Na questão de premiação de Mestres, destacou as formas possíveis de disponibilização dos recursos, sendo de forma direta ou pelo Plano de Ação dos projetos da Cultura Viva. Gustavo Acioli falou que há uma confusão entre linguagem cultural e Setoriais da cultura. Falou que há setoriais do Conselho de Cultura que aportam mais de uma forma de linguagem cultural. Falou que os Editais devem não devem seguir as Setoriais. Alceu complementou a fala de Gustavo, destacando que cada segmento possui suas necessidades. Destacou que as falas com a sociedade devem ser contínuas. Também reforçou que os editais devem ser em forma de fomento. Clóvis questionou sobre a forma de análise da pontuação dos Pontos de Cultura, destacando as lutas pela Cultura Viva, afirmando que não é todos os locais de Santa Cruz do Sul que fazem parte da Cultura Viva. Mariana Falou dos construtores das Políticas de Cultura Viva. Destacou que o Ponto de Cultura não precisa ter um local fixo. Falou que os pontos de cultura atuam de forma coletiva, sem fins lucrativos, com um sentido de rede e comunitário. José Cláudio citou que por Lei, pode ser indicado por Notório Saber pela comunidade e que os pareceristas que julgarão as propostas serão contratados. Sandro Hip-Hop falou da importância da comunidade na participação na Cultura e a necessidade de formação de profissionais educadores para a disseminação contínua da arte para as crianças da periferia e nas escolas. Djalmar falou sobre a necessidade de outras escutas sejam realizadas para que todas as demandas possam ser ouvidas pela Secretaria. Falou sobre as formas de Prestação de contas previstas e a necessidade de guarda de documentos para as devidas comprovações. Falou sobre as formas de disponibilização dos valores, se ajustando as todas as faixas de custos. Fredi destacou que há a obrigatoriedade da guarda dos documentos e comprovantes de custos para apresentação caso necessário. Falou que é pedido os custos dos projetos para uma avaliação por parte dos pareceristas para uma visão completa dos projetos. Francini falou na necessidade das verbas serem de fomento como uma melhor forma de distribuição. José Cláudio falou nos formatos de Editais na SECULT seguem as divisões de valores de forma democrática. Falou que as escutas são objetivas e da importância das escutas. Informou que as datas para serem cumpridas e que a Secretaria possui uma equipe reduzida. Fredi Salientou que a data de envio do PAAR era no dia trinta de maio e, que por questão das catástrofes climáticas ocorridas no Estado do Rio grande do Sul, essa data foi prorrogada, porém ainda não foi definida. Mariana destacou que a data foi definida para trinta de julho,

porém destacou que os municípios que já tem condições, possam informar o PAAR para possibilitar o segmento nos processos dos repasses. Falou sobre as planilhas orçamentária-financeiras do projetos que devem ser usadas para orientar os gastos previstos para atingir as metas e o objeto do projeto. Jacson falou dos cuidados para a criação dos projetos e na criação das planilhas orçamentárias para não ocorrer devoluções de valores por falta de documentos para a Prestação de contas. Edinei falou na discussão no Conselho de Cultura para atrair a periferia para o Centro. Citou o horário de funcionamento no centro da cidade. Falou também na necessidade de local para o desenvolvimento das oficinas culturais do projetos. Fernando falou sobre as acessibilidades dos projetos, que há uma cartilha para acessibilidade dentro dos projetos. José Cláudio passou a palavra para a declamação de um poema por Mauro Ulrich e da importância do preenchimento do formulário com as demandas e sugestões. Mauro falou sobre a cultura de Santa Cruz do Sul e passou a declamação para Pilly Calvin. Melisa agradeceu a oportunidade da escuta e a necessidade de espaço democrático para congregação para a manifestação das artes para, inclusive, possibilitar feiras de artes em local fechado. José Cláudio Falou da entrega da obra do Mercado Público, onde haverá um espaço para atender algumas necessidades específicas. Agradeceu a presença de todos da mesa, Fredi, Mariana e Jacson e da parceria construída entre todos. Agradeceu a a todos presentes na audiência. Jacson Fez suas considerações finais e o reforçou o convite para a participação de todos no Conselho Municipal de Cultura e destacou a construção cultural no Município de Santa Cruz do Sul. Mariana agradeceu em nome do Ministério da Cultura, o convite para participação na audiência. Destacou que a Cultura é um setor estratégico para os movimentos democráticos no país. Mencionou a reconstrução da Cultura no Estado após as enchentes. Fredi agradeceu a todos. Sem mais, a reunião foi encerrada, e eu, Gustavo Luiz Orlandi, lavrei a presente ata, juntamente com o Secretário Municipal de Cultura. Santa Cruz do Sul, vinte de junho de dois mil e vinte e quatro.